ADAPTAÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Mara Rúbia Andrade de Carvalho

Graduanda do Curso de Educação Inclusiva e Especial da Universidade Federal de Sergipe – UFS. E-mail: marabia990@hotmail.com.

RESUMO

O Atendimento Educacional Especializado (AEE), desenvolvido em Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), constitui-se como um espaço fundamental para a eliminação de barreiras à aprendizagem e à participação dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Este trabalho apresenta um relato de experiência sobre práticas de adaptação de materiais didáticos realizadas no AEE com estudantes com deficiência intelectual, considerando suas especificidades cognitivas, comunicacionais e funcionais. A experiência foi desenvolvida por uma professora com deficiência auditiva, usuária de Libras, cuja trajetória pessoal e profissional contribui para uma atuação pedagógica sensível às diferenças e às múltiplas formas de aprender. As práticas pedagógicas foram fundamentadas na avaliação pedagógica individualizada dos estudantes, na observação das barreiras de aprendizagem e na adaptação de materiais didáticos alinhados às demandas cognitivas e funcionais. Utilizaram-se recursos visuais, materiais concretos, jogos pedagógicos adaptados, pictogramas, imagens e cores, com mediação pedagógica intencional, favorecendo a compreensão das propostas e a participação ativa dos estudantes. As atividades foram organizadas de forma sequenciada, respeitando o ritmo de aprendizagem e promovendo autonomia, funcionalidade e maior envolvimento no processo educativo. Os resultados indicam que as adaptações realizadas contribuíram para o aumento do engajamento, ampliação da atenção, melhor compreensão dos conteúdos e avanços na consolidação das aprendizagens. As experiências evidenciam o papel do AEE como espaço de mediação pedagógica complementar e suplementar ao ensino comum. Conclui-se que a adaptação de materiais didáticos no AEE é essencial para garantir o direito à aprendizagem dos estudantes com deficiência intelectual, contribuindo para uma educação mais equitativa, acessível e comprometida com a inclusão.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Atendimento Educacional Especializado; Deficiência Intelectual; Adaptação de Materiais; Sala de Recursos Multifuncionais.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva exige que a escola reconheça a diversidade dos estudantes e organize condições concretas para que todos possam aprender e participar do cotidiano escolar. Nesse processo, não basta garantir a matrícula ou a presença física do estudante: é necessário identificar barreiras, reorganizar estratégias e disponibilizar recursos que favoreçam o acesso ao currículo e a participação nas atividades pedagógicas.

No caso dos estudantes com deficiência intelectual, as barreiras podem aparecer na forma como os conteúdos são apresentados, na complexidade das instruções, no tempo destinado às tarefas, na ausência de referências visuais e concretas ou na utilização de materiais pouco relacionados às possibilidades funcionais do estudante. A adaptação pedagógica, portanto, não deve ser entendida como redução das expectativas de aprendizagem, mas como uma forma de tornar o conhecimento acessível por diferentes caminhos.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE), realizado em Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), ocupa lugar importante nessa organização. As normativas brasileiras definem o AEE como um serviço que deve contribuir para eliminar barreiras e favorecer acesso, participação e aprendizagem, articulando-se ao ensino comum. A Resolução CNE/CEB nº 4/2009 estabelece diretrizes operacionais para o AEE na Educação Básica, enquanto a Lei Brasileira de Inclusão reforça a necessidade de adaptações, recursos de acessibilidade e medidas que favoreçam a participação e a aprendizagem.

É nesse contexto que se insere o presente relato de experiência, centrado na adaptação de materiais didáticos para estudantes com deficiência intelectual. O trabalho parte da compreensão de que cada estudante apresenta formas próprias de aprender e que os recursos pedagógicos precisam ser planejados a partir da observação das necessidades, potencialidades e barreiras identificadas no processo educativo.

A experiência também é atravessada pela trajetória profissional da autora, professora com deficiência auditiva e usuária de Libras. Essa condição contribui para uma prática pedagógica atenta às diferenças comunicacionais e às múltiplas formas de expressão, fortalecendo uma concepção de inclusão que considera o estudante em sua singularidade.

OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Relatar experiências de adaptação de materiais didáticos no Atendimento Educacional Especializado, buscando favorecer a aprendizagem, a participação e a autonomia de estudantes com deficiência intelectual.

2.2 Objetivos específicos

a) Identificar barreiras que dificultam a compreensão e a participação dos estudantes nas atividades pedagógicas;

b) Adaptar materiais didáticos considerando especificidades cognitivas, comunicacionais e funcionais;

c) Utilizar recursos visuais, concretos e lúdicos como mediadores da aprendizagem;

d) Organizar atividades de maneira sequenciada e compatível com o ritmo de aprendizagem dos estudantes;

e) Refletir sobre as contribuições das adaptações realizadas para o engajamento, a atenção, a compreensão e a consolidação das aprendizagens.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A perspectiva inclusiva compreende a educação como direito e reconhece que as diferenças fazem parte da constituição humana. Nessa direção, a escola precisa superar práticas que responsabilizam exclusivamente o estudante por suas dificuldades e avançar na identificação e remoção das barreiras existentes no próprio contexto educacional.

A Lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, estabelece princípios relacionados ao acesso, à permanência, à participação e à aprendizagem em igualdade de condições. Entre as medidas previstas está a organização de adaptações razoáveis, recursos de acessibilidade e práticas pedagógicas capazes de atender às características dos estudantes. Essa perspectiva reforça que a acessibilidade pedagógica faz parte do direito à educação.

O Atendimento Educacional Especializado integra esse movimento. As diretrizes nacionais indicam que o AEE deve atuar de maneira complementar ou suplementar ao ensino regular, oferecendo recursos e estratégias que contribuam para a eliminação de barreiras. Nesse

sentido, a Sala de Recursos Multifuncionais não deve funcionar como espaço separado do projeto pedagógico da escola, mas como lugar de planejamento, mediação e produção de recursos articulados às necessidades educacionais dos estudantes.

A adaptação de materiais constitui uma das possibilidades de intervenção pedagógica. Um mesmo conteúdo pode ser apresentado por meio de texto, imagem, objeto concreto, sequência visual, jogo, pictograma ou combinação desses recursos. A escolha depende da avaliação pedagógica e da observação do modo como cada estudante responde às propostas.

Mantoan (2003) contribui para pensar a inclusão como transformação da escola, e não simplesmente como criação de espaços paralelos para determinados estudantes. A autora chama atenção para a necessidade de reorganizar práticas e concepções para que as diferenças não sejam utilizadas como justificativa para exclusão.

A perspectiva de Freire (1996) também contribui para compreender a prática pedagógica como ação que exige respeito aos saberes, à autonomia e à singularidade dos educandos. Quando o professor observa o estudante, escuta suas formas de expressão e reorganiza o material diante das dificuldades encontradas, estabelece uma prática que reconhece o sujeito e suas possibilidades.

Assim, adaptar materiais não significa oferecer uma atividade mais fácil ou retirar do estudante o direito de aprender. Significa construir caminhos de acesso ao conhecimento, mantendo uma intencionalidade pedagógica e buscando ampliar a autonomia, a participação e a funcionalidade das aprendizagens.

METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como um relato de experiência, de abordagem qualitativa, construído a partir de práticas pedagógicas desenvolvidas no Atendimento Educacional Especializado com estudantes com deficiência intelectual.

A experiência teve como eixo a observação pedagógica individualizada, a identificação de barreiras à aprendizagem e a reorganização dos materiais utilizados nas atividades. O planejamento considerou as especificidades cognitivas, comunicacionais e funcionais apresentadas pelos estudantes, evitando uma proposta única para todos.

O processo de trabalho foi organizado em etapas articuladas: observação das necessidades; seleção do objetivo pedagógico; escolha ou produção do material; adaptação da apresentação do conteúdo; realização da atividade com mediação intencional; observação da participação; e reorganização do recurso quando necessário.

Entre os recursos utilizados destacam-se materiais concretos, jogos pedagógicos adaptados, pictogramas, imagens, cores e outros elementos visuais. As atividades foram organizadas de maneira sequenciada, permitindo que o estudante compreendesse gradualmente as etapas da tarefa e tivesse oportunidades de participação ativa.

O relato não utiliza indicadores estatísticos ou generalizações quantitativas. A análise está centrada nas observações pedagógicas descritas na experiência e nos efeitos percebidos durante o desenvolvimento das atividades, especialmente em relação ao engajamento, à atenção, à compreensão e à consolidação das aprendizagens.

DESENVOLVIMENTO DA EXPERIÊNCIA

A experiência partiu de uma questão recorrente no cotidiano pedagógico: materiais elaborados para uma turma inteira nem sempre respondem às formas particulares de aprendizagem de todos os estudantes. Diante disso, a adaptação passou a ser compreendida como parte do planejamento e não como uma ação realizada somente depois que uma dificuldade aparecia.

O primeiro movimento consistiu em observar o estudante durante a atividade. Foram consideradas sua forma de compreender instruções, o tempo necessário para iniciar e concluir a proposta, a capacidade de manter a atenção, a resposta aos estímulos visuais e concretos e as formas utilizadas para demonstrar o que havia compreendido.

A partir dessa observação, os materiais foram reorganizados. Instruções extensas puderam ser divididas em etapas menores; informações foram acompanhadas de imagens; conteúdos abstratos foram aproximados de objetos e situações concretas; e atividades foram estruturadas com pistas visuais que ajudavam o estudante a compreender o que deveria fazer.

Os jogos pedagógicos adaptados tiveram papel importante nesse processo. O caráter lúdico possibilitou trabalhar conteúdos escolares sem transformar a atividade em uma sequência

exclusivamente baseada em exercícios escritos. O jogo também permitiu observar estratégias utilizadas pelos estudantes, dificuldades encontradas e formas de interação com o material.

Os pictogramas, imagens e cores foram utilizados como elementos de apoio à compreensão. Esses recursos não foram empregados apenas como decoração, mas como parte da organização das informações. A intenção foi tornar a proposta mais previsível, visualmente organizada e acessível.

Outro aspecto importante foi a utilização de materiais concretos. Quando o estudante podia manipular, comparar, organizar, encaixar, selecionar ou relacionar objetos, o conteúdo ganhava uma dimensão mais funcional. Essa mediação favoreceu a passagem entre a experiência concreta e a construção de representações necessárias para a aprendizagem.

A sequência das atividades também foi considerada. Em vez de apresentar muitas informações simultaneamente, as propostas foram organizadas em pequenos passos. O estudante recebia mediação quando necessário e, gradativamente, era incentivado a realizar as ações com maior independência.

A experiência mostrou ainda que adaptar é um processo contínuo. Um material que funciona em determinado momento pode precisar de ajustes posteriormente. Por isso, a avaliação da atividade não se restringiu ao resultado final, mas considerou o caminho percorrido pelo estudante, suas tentativas, formas de participação e possibilidades de autonomia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados observados indicam que a adaptação dos materiais contribuiu para ampliar o envolvimento dos estudantes nas propostas do AEE. O uso de recursos visuais, concretos e lúdicos tornou as atividades mais compreensíveis e possibilitou maior participação.

Um dos aspectos percebidos foi o aumento do engajamento. Quando o material apresentava uma organização visual mais clara e as instruções estavam distribuídas em etapas, os estudantes demonstravam melhores condições para iniciar e permanecer na tarefa. Isso reforça a importância de considerar não apenas o conteúdo, mas também a forma como esse conteúdo é apresentado.

A atenção também apareceu como elemento relevante. Recursos concretos e jogos adaptados criaram situações de aprendizagem que exigiam observação, escolha, associação e

ação. A mediação pedagógica ajudou a direcionar o estudante para o objetivo da atividade sem retirar sua possibilidade de participação.

Outro resultado foi a melhora na compreensão dos conteúdos. A combinação de imagens, objetos, cores, pictogramas e instruções sequenciadas possibilitou diferentes caminhos de acesso às informações. Dessa maneira, a adaptação não funcionou como simplificação do conhecimento, mas como reorganização de sua apresentação.

Também foram identificados avanços relacionados à autonomia e à funcionalidade. Quando o estudante compreendia a sequência de uma tarefa, passava a depender menos de intervenções diretas para realizar determinadas ações. Essa mudança é significativa porque a inclusão não se limita à participação assistida: envolve criar condições para que o estudante desenvolva estratégias próprias.

Os resultados dialogam com a função do AEE prevista nas políticas educacionais brasileiras. O Decreto nº 7.611/2011, embora tenha sido revogado pelo Decreto nº 12.686/2025, estabelecia de forma clara a importância do AEE na eliminação de barreiras e na oferta de recursos pedagógicos e de acessibilidade. Atualmente, a análise normativa deve considerar a legislação vigente, mas o princípio pedagógico presente na experiência permanece: os recursos precisam ser planejados para favorecer acesso, participação e aprendizagem.

A experiência também evidencia que a atuação do professor é decisiva. O material, isoladamente, não garante inclusão. É a mediação pedagógica, articulada à observação e à avaliação, que permite compreender quando um recurso está funcionando, quando precisa ser modificado e qual estratégia pode favorecer maior autonomia.

Nesse sentido, a experiência da autora, enquanto professora com deficiência auditiva e usuária de Libras, acrescenta uma dimensão importante ao relato. A própria trajetória profissional contribui para uma postura pedagógica que reconhece diferentes formas de comunicação e aprendizagem. A diferença deixa de ser vista somente como condição individual e passa a ser considerada na organização das práticas pedagógicas.

CONTRIBUIÇÕES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

A experiência permite destacar algumas contribuições para o cotidiano do AEE e para a escola como um todo.

A primeira é a necessidade de planejar a partir do estudante. Antes de escolher um recurso, é preciso compreender o objetivo da aprendizagem e identificar quais barreiras podem dificultar o acesso à atividade.

A segunda contribuição está relacionada à variedade de materiais. Não existe um único recurso capaz de responder a todas as necessidades. A combinação entre imagens, materiais concretos, jogos, pictogramas, cores e diferentes formas de instrução amplia as possibilidades de participação.

A terceira é a importância da sequência. Atividades bem organizadas, com começo, desenvolvimento e conclusão compreensíveis, podem reduzir a insegurança e favorecer a autonomia.

A quarta contribuição é compreender a avaliação como processo. Observar como o estudante utiliza o material fornece informações para novas adaptações. Assim, avaliação e planejamento tornam-se movimentos articulados.

A quinta é a necessidade de diálogo entre o AEE e o ensino comum. As adaptações produzidas na Sala de Recursos Multifuncionais podem oferecer pistas para que professores da sala regular também diversifiquem suas estratégias. O objetivo não é criar um currículo separado, mas ampliar os caminhos de acesso ao currículo comum.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência relatada evidencia que a adaptação de materiais didáticos é uma ação pedagógica essencial para favorecer o acesso, a participação e a aprendizagem de estudantes com deficiência intelectual. No AEE, essa prática ganha força quando está vinculada à observação individualizada, à identificação das barreiras e à definição de objetivos pedagógicos claros.

Os recursos visuais, materiais concretos, jogos adaptados, pictogramas, imagens e cores mostraram-se importantes como mediadores da aprendizagem. A organização sequenciada das atividades também contribuiu para respeitar o ritmo dos estudantes e favorecer avanços em atenção, compreensão, participação e autonomia.

O relato reforça que inclusão não significa apenas inserir o estudante em um espaço escolar. Significa criar condições para que ele participe, compreenda, produza, interaja e aprenda. Por isso, adaptar materiais é também transformar a prática pedagógica e reconhecer que

diferentes estudantes podem precisar de diferentes caminhos para alcançar objetivos de aprendizagem.

A atuação do AEE, articulada ao ensino comum, é fundamental nesse processo. A Sala de Recursos Multifuncionais deve ser compreendida como espaço de mediação, produção de recursos e construção de estratégias que contribuam para a eliminação de barreiras.

Por fim, a experiência reafirma que uma educação inclusiva se constrói no cotidiano, por meio de decisões pedagógicas concretas. Cada adaptação realizada representa uma tentativa de aproximar o conhecimento do estudante, respeitando suas características e potencialidades. Mais do que produzir materiais diferentes, trata-se de produzir possibilidades de aprender.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, DF: MEC, 2009.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF, 2011. Norma posteriormente revogada pelo Decreto nº 12.686, de 2025.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília, DF, 2002.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF, 2015.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.